

HUMANAS E SOCIAIS

V.10 • N.2 • 2024 • Fluxo Contínuo

ISSN Digital: 2316-3801

ISSN Impresso: 2316-3348

DOI: 10.17564/2316-3801.2024v10n2p33-45



MEMÓRIAS DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES RURAIS

MEMORIES OF THE SCHOOLING PROCESS OF RURAL WORKERS

MEMORIAS DEL PROCESO ESCOLAR DE
LOS TRABAJADORES RURALES

Vanilda dos Santos Silva¹

Fábio Mansano²

RESUMO

O presente artigo reflete sobre memórias do processo de escolarização de trabalhadoras e trabalhadores de povoados do município de Poções, na Bahia, à luz do contexto da educação rural no Brasil. Ele parte do registro da memória coletiva desses sujeitos em relação à escola e se insere entre as pesquisas que investigam as mediações entre educação escolar e os saberes vivenciados por sujeitos do campo. A memória é proveniente de um longo e complexo processo de desenvolvimento histórico-cultural, de relações sociais humanas concretas. A escola, por sua vez, é espaço privilegiado na constituição da memória e não é desinteressada. Nesse sentido, foi desenvolvida uma pesquisa exploratória constituída por levantamento bibliográfico e por pesquisa de campo, mediante entrevistas semiestruturadas. A partir do relato dos participantes da pesquisa foi possível refletir sobre a constituição de suas memórias e compreender que elas são forjadas no contexto da educação rural no Brasil e que, por isso, são marcadas pela precariedade de vida e escolarização e pelo desenraizamento.

PALAVRAS-CHAVE

Memória. Educação Rural. Escola. Mediação.

ABSTRACT

This article reflects on memories of the schooling process of workers from villages in the municipality of Poçoões, Bahia, in the light of the context of rural education in Brazil. It starts from the record of the collective memory of these subjects in relation to the school and is inserted among the researches that investigate the mediations between school education and the knowledge experienced by subjects in the field. Memory comes from a long and complex process of development historical-cultural, concrete human social relations. The school, in turn, is a privileged space in the constitution of memory and is not disinterested. In this sense, an exploratory research was developed consisting of a bibliographic survey and field research, through semi-structured interviews. From the report of the research participants, it was possible to reflect on the constitution of their memories and understand that they are forged in the context of rural education in the Brazil and which, therefore, are marked by precariousness of life and schooling and by uprooting.

KEYWORDS

Memory; rural Education; school; mediation.,

RESUMEN

Este artículo reflexiona sobre las memorias del proceso de escolarización de los trabajadores de las aldeas del municipio de Poçoões, Bahía, a la luz del contexto de la educación rural en Brasil. Se parte del registro de la memoria colectiva de estos sujetos en relación con la escuela y se inserta entre las investigaciones que indagan en las mediaciones entre la educación escolar y los saberes experimentados por los sujetos en el campo. La memoria proviene de un largo y complejo proceso de desarrollo histórico-cultural, relaciones sociales humanas concretas. La escuela, a su vez, es un espacio privilegiado en la constitución de la memoria y no es desinteresada. En este sentido, se desarrolló una investigación exploratoria consistente en un relevamiento bibliográfico e investigación de campo, a través de entrevistas semiestructuradas. A partir del relato de los participantes de la investigación, se pudo reflexionar sobre la constitución de sus memorias y comprender que se forjan en el contexto de la educación rural en el Brasil y que, por lo tanto, están marcados por la precariedad de la vida y la escolarización y por el desarraigo.

PALABRAS CLAVE

Memoria. Educación Rural. Escuela. Mediación.

1 INTRODUÇÃO

Ao propormos uma reflexão sobre as memórias do processo de escolarização de trabalhadoras e trabalhadores de povoados do município de Poçoões, na Bahia, à luz do contexto da educação rural no Brasil, partimos da compreensão de que a memória é fruto de relações sociais, que ocorrem em diferentes espaços, como a escola e o trabalho. Compreendemos a memória como resultado de um longo e complexo processo de desenvolvimento histórico e cultural e a concebemos como uma produção social, um conjunto de relações humanas concretas (Halbwachs, 2004, p. 8).

Os indivíduos, nesse sentido, não existem isolados, mas necessitam do convívio social, da sociabilidade, das mediações para se constituírem em seres sociais. Os seres humanos operam com sistemas de mediações. Quanto mais mediada é a vida de uma pessoa, mais socializada ela é, de forma que, historicamente a natureza humana é regulada por determinações que não são naturais. Compreendemos que esse ser social resulta do trabalho, das demandas impostas aos homens e às mulheres no momento da produção da materialidade de sua existência.

A comunicação, por exemplo, que ocorre por meio da linguagem articulada, é um atributo exclusivo do ser social e a linguagem não é natural, é aprendida (Marx; Engels, 1998, p. 21-25). Dessa forma, consideramos o presente estudo importante para a compreensão de que todos os atos dos seres humanos produzem memórias que incidem na reprodução social.

Compreendemos que, sabendo que as memórias do processo de escolarização das trabalhadoras e dos trabalhadores participantes da pesquisa derivam do contexto da educação rural no Brasil, uma das lacunas existentes nos estudos da memória e do processo de escolarização é a de que parte deles não considera o fato de que mesmo que os processos de escolarização não reproduzam, em sua integralidade, a sociedade que fazem parte, eles contribuem, significativamente, para essa reprodução, especialmente no que tange ao legado da educação rural no Brasil.

A compreensão da educação rural no Brasil deriva do entendimento da formação social do país, uma formação permeada por contradições. De acordo com Ribeiro (2013), as políticas sociais destinadas às populações camponesas, em particular a educação, tiveram maior incremento e volume de recursos quando havia, por parte dos sujeitos do capital, interesses ligados à expropriação da terra e à consequente proletarização dos agricultores, combinados com a implantação de uma produção agrícola geradora de dependência científica e tecnológica por parte dos trabalhadores do campo.

Da mesma forma, as Referências Para Uma Política Nacional de Educação do Campo (Brasil, 2004, p. 7) garantem que a escola, no campo brasileiro, surgiu tardiamente e não recebeu apoio do Estado para o seu desenvolvimento. Até as primeiras décadas do Século XX, a educação era privilégio de poucos, sobretudo no meio rural. O documento assegura que, embora o Brasil tivesse uma sociedade predominantemente agrária, a educação do campo não foi sequer mencionada nos textos constitucionais até 1891, evidenciando o descaso das elites dominantes com a educação pública, fruto de uma mentalidade retrógrada decorrente das relações de produção baseadas na exploração do trabalho escravo, na concentração fundiária, no controle patrimonialista e clientelista do poder político e nos padrões culturais importados da metrópole colonizadora.

Marlene Ribeiro (2013, p. 166), ao citar Damasceno, afirma que, para entendermos os chamados “fracassos” da educação no meio rural no Brasil, precisamos relacionar as políticas educacionais adotadas com a prática social mais ampla da sociedade brasileira, mais especificamente, com as formas adotadas pelo movimento do capital no campo. Ainda de acordo com a autora, ao longo da história, apesar de terem sido aplicados vários programas e projetos para a educação rural, em nenhuma época ela se constituiu como prioridade dos investimentos públicos, ao contrário, sempre desempenhou um papel marginal no conjunto das políticas sociais.

No início dos anos de 1980, Calazans, Castro e Silva (1981) publicam resultados de uma pesquisa sobre educação rural no Brasil, na qual registram que somente a partir dos anos de 1930, principalmente no período do Estado Novo, o poder público começa a intervir efetivamente sobre a educação rural. O principal objetivo dessa investida foi adequar o Estado, convenientemente, às novas formas que assumia o processo de dependência estrutural do Brasil em relação ao mercado internacional, quando se iniciava um incipiente processo de industrialização no país.

Segundo os autores, a educação, nessa perspectiva, visava preparar as populações rurais para se adaptarem ao processo de subordinação ao modo de produção capitalista, que assumia contornos mais definidos, combinando a expulsão da terra com a formação de mão de obra para as indústrias nascentes. Nesse processo, os agentes educativos, sejam professores ou técnicos agrícolas, desempenharam um papel essencial na adaptação das populações rurais ao sistema produtivo.

2 MÉTODO

Refletimos sobre as memórias do processo de escolarização de trabalhadoras e trabalhadores de povoados do município de Poções (BA) por meio da pesquisa exploratória (Gil, 2008), constituída por levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, mediante a realização de entrevistas com trabalhadoras e trabalhadores rurais. A pesquisa definida como exploratória tem o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o tema investigado, de modo a torná-lo mais explícito, ou a constituir hipóteses. Imbricada nesse movimento de busca de perguntas e de respostas, esta pesquisa se caracteriza como qualitativa.

De acordo com Minayo (1994, p. 21-22), esse tipo de pesquisa trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que correspondem a um aspecto mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, não podendo ser reduzida à operacionalização de variáveis.

O campo empírico da pesquisa foram três povoados do município de Poções. Os três margeiam um polo educacional resultante da ampliação da antiga escola que existia na região, bem como do fechamento de escolas em fazendas dos povoados. A atual unidade escolar foi fundada no ano de 1999, é de pequeno porte e, atualmente, conta com as seguintes etapas de educação: Educação Infantil, Ensino Fundamental e três turmas de Ensino Médio, por meio do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica.

Os participantes da pesquisa foram selecionados por livre adesão após convite realizado aos trabalhadores e às trabalhadoras que frequentaram o polo educacional e que possuíam mais de 18 anos de idade. Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, parecer de número 5.042.263, as en-

trevistas realizadas foram semi-estruturadas e ocorreram de forma individual, seguindo um roteiro de questões pré-definidas. Elas foram gravadas com o consentimento dos participantes. Todas as entrevistas aconteceram entre 25 de outubro e 14 de novembro de 2021, foram realizadas de forma remota e gravadas por meio do *Google Meet*, devido à necessidade de preservar a saúde das pessoas, visto que estávamos em meio à pandemia da Covid-19. Participaram da pesquisa, seis trabalhadoras e dois trabalhadores, com idades entre 32 e 48 anos de idade.

A estrutura da entrevista envolveu questões a respeito da identificação dos participantes, do trabalho ou dos trabalhos desenvolvidos por eles, de suas escolaridades, de suas memórias acerca da escola e das relações que estabelecem entre os saberes escolares e os saberes por eles vivenciados no trabalho. Antes do início de cada entrevista, as pessoas foram informadas de que não eram obrigadas a responder questões que não se sentissem à vontade. As entrevistas foram marcadas pelos próprios participantes, tendo em vista seus horários de trabalho. Eles escolheram dia e hora, privilegiando o final da tarde.

No que diz respeito à pesquisa bibliográfica, utilizamos textos que tratam especialmente da memória e da educação rural. Alguns foram fundamentais para a compreensão da dinâmica da escola na sociedade capitalista, como, por exemplo, “A face oculta da escola”, de Mariano Enguita. Os textos de Halbwachs sobre a constituição da memória foram essenciais para a compreensão de que as memórias se originam das relações sociais e para compreendermos como a escola influenciou a constituição das memórias dos participantes do estudo. Da mesma forma, as pesquisas de Marlene Ribeiro sobre a educação rural contribuíram para a compreensão de que a educação rural não considera a realidade dos educandos.

Este estudo nasce das nossas experiências como professora da educação rural. Já havíamos trabalhado no Polo Educacional que atende os povoados onde o campo da pesquisa se realizou, de forma que já havíamos estabelecido contato e vínculo com alguns residentes. Ao passo que a pandemia foi sendo controlada com a vacinação da população, por exemplo, sentimos maior segurança para visitar os povoados e as residências das trabalhadoras e dos trabalhadores, com o uso de máscaras e demais cuidados necessários para a proteção de todos. Já conhecíamos bem a escola e o seu entorno, mas, ao fazer as visitas, nos demos conta de toda a precariedade que os estudantes enfrentam até chegarem à escola. Eles saem de casa muito cedo e percorrem longas distâncias em transportes e estradas precárias, tudo isso já é um demarcador de classe.

3 RESULTADOS

Para melhor compreensão, a partir das entrevistas, os dados foram categorizados e serão apresentados em forma de quadros. Durante as entrevistas, as trabalhadoras e os trabalhadores falaram sobre a dinâmica pedagógica que experimentaram, sobre seus professores, sobre os espaços físicos da unidade escolar, evidenciando, por vezes, um espaço precário. Falaram também de suas experiências na escola, das amizades constituídas e da escola como um local de socialização, deixando

subentendido que ela era um dos poucos locais onde tinham a oportunidade de encontrar os amigos. Essas informações foram categorizadas da forma que passamos a expor.

1ª CATEGORIA – O TRABALHO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

O Quadro 1 se refere aos dados coletados sobre o trabalho dos participantes da pesquisa. Queríamos entender melhor como eles trabalhavam, como organizavam seu tempo, como os membros da família se envolviam nas dinâmicas de trabalho e como conseguiam o sustento de suas famílias, de forma que nossa conversa transitou por temas como se trabalhavam apenas na terra/roça, ou se conciliavam esse trabalho com outra atividade; se produziam apenas para a subsistência, ou também para a comercialização; entre outros.

Apenas duas pessoas afirmaram que produzem tanto para a subsistência, quanto para a comercialização e apenas um sobrevive exclusivamente do trabalho na terra/roça. Todas as seis trabalhadoras informaram que complementam a renda familiar com auxílios do governo, com recursos recebidos por trabalho como diaristas, ou com o trabalho assalariado dos esposos, que geralmente saem do município, ou até mesmo do Estado para trabalharem, tendo em vista a dificuldade de sustentar a família com o trabalho exclusivamente na terra/roça. Um resumo das informações obtidas pode ser visto no quadro a seguir.

Quadro 1 – Identificação do trabalho dos participantes da pesquisa

Modalidades	Número de Participantes da Pesquisa
Trabalha apenas na roça/terra.	06
Concilia o trabalho na terra/roça com outra atividade.	02
Produção para a subsistência.	06
Produção para subsistência e comercialização.	02

Fonte: Elaboração própria.

2ª CATEGORIA – RELAÇÃO ENTRE O TRABALHO E A ESCOLARIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

O Quadro 2 apresenta uma síntese dos dados coletados acerca das memórias sobre a simultaneidade de ingresso na escola e exercício do trabalho. Buscamos conhecer a idade com que os participantes do estudo começaram a trabalhar e como conciliavam trabalho e estudos. Os relatos indicam uma rotina na qual acordavam cedo e trabalhavam até as 10h da manhã para dar tempo de ir à escola. Na avaliação de alguns não houve prejuízos em relação aos estudos, entretanto para outros sim. Dentre tantos relatos, uma trabalhadora rememorou o fato de ter que sair da região onde morava para trabalhar em fazendas distantes no período da colheita de café, impedindo que ela tivesse a oportunidade de dar sequência aos estudos.

Quadro 2 – Memórias sobre a simultaneidade de ingresso na escola e exercício do trabalho

Modalidades	Número de Participantes da Pesquisa
Começou a trabalhar após os 15 anos de idade.	01
Começou a trabalhar antes dos 15 anos de idade.	05
Não especificou a idade com que começou a trabalhar	02
O trabalho interferiu na frequência escolar.	04
O trabalho não interferiu na frequência escolar.	03
Não definiu se o trabalho interferiu na frequência escolar.	01
Memórias boas em relação à escola.	03
Memórias difíceis em relação à escola.	03
Não definiu as memórias em relação à escola.	02

Fonte: Elaboração própria.

3ª CATEGORIA – RELAÇÃO ENTRE OS SABERES ESCOLARES E O CONTEXTO DAS POPULAÇÕES RURAIS

O Quadro 3 expõe um resumo dos dados referentes à relação entre os saberes escolares, a vivência no trabalho e a realidade dos povoados onde os participantes da pesquisa residem.

Quadro 3 – Relação entre os saberes escolares, a vivência no trabalho e a realidade dos povoados onde os participantes da pesquisa residem

Modalidades	Número de Participantes da Pesquisa
Os saberes escolares relacionam-se com a vivência no trabalho e a realidade local.	01
Os saberes escolares não se relacionam com a vivência no trabalho e a realidade local.	01
Os saberes escolares às vezes se relacionam com a vivência no trabalho e a realidade local.	04
Não soube informar.	02

Fonte: Elaboração própria.

4 DISCUSSÃO

Ao passar para a discussão dos dados, começamos ressaltando que os povoados onde as trabalhadoras e os trabalhadores residem são secos, acidentados e é perceptível a escassez de serviços públicos nos locais para facilitar a vida da população. Os povoados são marcados pela insuficiência de condições de vida; pela insuficiência de distribuição de água para toda a população; por estradas em péssimas condições e possuem apenas um posto médico pequeno, que funciona em uma antiga sala de aula desativada no povoado de Roçado Grande.

Ainda assim, esse é o posto que atende a toda a população da região e não funciona todos os dias da semana. Observando a dinâmica dessa realidade, podemos perceber que a situação dos trabalhadores é fruto de uma condição histórica de expropriação da terra, que tem início no período da colonização do país e avança com a constituição dos latifúndios. Aos pequenos proprietários são relegadas pequenas e precárias faixas de terra onde a sobrevivência é sofrível. As trabalhadoras e os trabalhadores pesquisados atribuem as dificuldades enfrentadas em seu dia a dia apenas à ausência de chuvas e à infertilidade da terra, fator que se evidencia quando afirmam que “plantam, mas quase não colhem”.

É visível que as condições materiais de existência determinam as condições de produção desses trabalhadores e dessas trabalhadoras, que contam meramente com a própria força de trabalho, com pequenos lotes de terra precarizados e com as intempéries climáticas. Em tais circunstâncias, veem-se incapacitados de deliberar sobre a colheita e, conseqüentemente, sobre a reprodução da própria vida, fator que nos remete às reflexões de Enguita (1989), segundo o qual, nas sociedades industrializadas, a maioria das pessoas, incluindo as assalariadas, não conta com a capacidade de decidir sobre qual será o produto do seu trabalho.

A partir da fala dos participantes da pesquisa e das memórias que trouxeram sobre a simultaneidade de ingresso na escola e o exercício do trabalho, descobrimos que a idade de início do trabalho na terra/roça variou entre onze e dezessete anos. A fala expõe elementos da sua condição de classe, elementos que marcam seu processo educativo e que, ao mesmo tempo, constituem suas memórias. São memórias que evidenciam os motivos que os forçaram a combinar estudos e trabalho. Para os participantes da pesquisa, a combinação entre trabalho e estudos não ocorreu de forma harmoniosa, eles ingressaram na lida da roça muito cedo e, para alguns, a aprendizagem e a continuidade dos estudos foram prejudicadas.

O aspecto relacionado à simultaneidade de ingresso na escola e exercício do trabalho nos remete à Ribeiro (2014) quando destaca que, em áreas rurais, ao ingressar na escola, as crianças já estão se exercitando no trabalho com responsabilidades de adultos. Conforme a autora, as crianças vivem a infância e a juventude, experimentando atribuições e responsabilidades características da vida adulta. As atividades das crianças que vivem no meio rural e que frequentam uma escola multisseriada são determinadas pelas condições de classe que as colocam em uma posição de inferioridade em comparação aos alunos que vivem nas sedes dos municípios e a escola não considera essa realidade.

Uma posição que é reforçada por serem obrigadas a frequentar uma escola precária, por estudarem em uma sala multisseriada, onde o trabalho do professor é ainda mais precário do que em

uma classe seriada, já que nesse caso o docente não tem condições de acompanhar as crianças da forma adequada, as salas são geralmente superlotadas, o espaço é geralmente inadequado para receber crianças de diferentes séries, idades e desenvolvimento intelectual. Da mesma forma, os aspectos objetivos e subjetivos que norteiam a vida das crianças e dos adolescentes que vivem no campo não são considerados pela escola.

Ainda sobre esse aspecto, ficou evidente nas argumentações das trabalhadoras e dos trabalhadores que estudar resume-se a frequentar a escola. Eles não cogitam a possibilidade de disporem de um tempo em casa para revisarem conteúdos, ou para leituras diversas. Tal situação se configura também como um demarcador de sua condição de classe, visto que, além de trabalhar e estudar, eles ainda não dispõem de tempo para se desenvolverem intelectual e espiritualmente. Além disso, devido a um processo educacional que naturaliza as relações sociais, não compreendem a situação na qual estão imersos como fruto de um processo histórico.

Quando trataram das memórias em relação à escola, retomaram o vivido a partir do momento presente e destacaram as amizades, o fato de terem aprendido, ao menos, assinar o nome e a precariedade de funcionamento da escola. É uma memória que denuncia! Denuncia o fornecimento de conhecimentos rudimentares; denuncia a dificuldade de acesso à educação; denuncia a ausência de atividades e conteúdo que ampliem a percepção do mundo. Um trabalhador informou que durante um ano houve apenas uma atividade artística na escola em forma de teatro.

De todas as expressões de memória expostas pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras, um relato chamou a atenção. Uma entrevistada informou que não tem muitas lembranças boas do período em que ela estudava. Um dos motivos que a levou a frequentar a escola foi a oferta de merenda escolar, uma vez que a família enfrentava carências financeiras. A trabalhadora também trouxe à tona um fator que demonstra o total abandono das escolas do campo pelo Estado quando declarou que quando estudava, ao chegar à escola, a professora passava uma lição, deixava as crianças sozinhas na sala de aula e ia arrumar a casa e buscar água, retornando para a sala de aula apenas no horário em que as crianças regressavam para casa.

A explanação feita pela trabalhadora nos remete à Saviani (2008, p. 13) ao afirmar que o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos seres humanos. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para se tornem humanos e de outro lado, e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo.

Entretanto, de acordo com os relatos, a escola aparece apenas como lugar de socialização e de conhecimento rudimentar. E onde fica o desenvolvimento do espírito? Onde fica a apreensão do conhecimento historicamente acumulado? Os relatos são a tradução de que a escola se estabelece como um quadro social na constituição das memórias desses trabalhadores e dessas trabalhadoras e que a memória não é desinteressada.

No que se refere ao contexto das populações rurais, ao expressaram suas memórias sobre a relação entre os saberes escolares, a vivência no trabalho e a realidade dos povoados, o trabalhador que declarou a existência de tal relação não deixa claro como isso ocorre. Duas trabalhadoras não soube-

ram se posicionar a respeito. Entretanto, nos argumentos de uma delas, ficou subentendido que ela toma para si a responsabilidade por não conseguir estabelecer relações entre os saberes escolares e a realidade dos povoados, atribuindo essa impossibilidade ao fato de ter que começar a trabalhar fora e por isso ficar afastada da escola. Essa mesma trabalhadora atribui uma dificuldade de aprendizagem a si mesma, sem estabelecer conexões entre seu desempenho escolar e a realidade material das relações sociais nas quais está inserida.

Nos relatos dos quatro participantes da pesquisa que afirmaram existir às vezes uma relação entre os saberes escolares, a vivência no trabalho e a realidade dos povoados, há um ponto em comum. Todos citam exemplos de momentos compartimentados, como atividades escolares realizadas por determinadas disciplinas, como a Geografia, por exemplo. Dos quatro participantes, uma deixou claro que às vezes a relação entre saberes escolares, a vivência no trabalho e a realidade dos povoados ocorreu também por meio do Programa Despertar, que é um programa do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-BA) implantado no município para contemplar a educação do campo.

Vale salientar que ele possui uma metodologia que incentiva a concorrência entre os educandos, como por exemplo, os concursos de redação e desenho organizados para as crianças e nos quais o vencedor é convidado a viajar para outra cidade para receber o prêmio.

Apenas um participante da pesquisa afirmou claramente a inexistência de relação entre os saberes escolares, a vivência no trabalho e a realidade dos povoados, entretanto, sem poder explicar seu posicionamento. Apesar disso, todas as alegações demonstraram a fragilidade de tal relação.

5 CONCLUSÃO

Salientamos que o objetivo do presente artigo é refletir sobre as memórias do processo de escolarização de trabalhadoras e trabalhadores de povoados do município de Poções, BA, à luz do contexto da educação rural no Brasil. Dessa forma, as reflexões atentam para o fato de que a educação escolar nos povoados pesquisados não fugiu à regra do contexto da educação rural no Brasil – termo utilizado até a década de 1990 – e que é nesse contexto que as memórias dos trabalhadores e das trabalhadoras entrevistados são forjadas. São memórias de um processo de vida e escolarização precário, marcado pelas investidas do capitalismo no desenraizamento da população do campo, uma vez que essas pessoas são obrigadas a deixarem o lugar onde vivem já que ali lhes faltam condições de sobrevivência.

As reflexões surgidas aqui atentam especialmente para o caráter de classe que perpassa as memórias dos participantes da pesquisa. Em alguns momentos esse caráter é mais perceptível do que em outros. Quando, por exemplo, os trabalhadores e as trabalhadoras tratam da simultaneidade de estudos e trabalho, esse fator surge com muita intensidade. As memórias são de uma educação rudimentar, que não contribuiu com o desenvolvimento intelectual e na qual não houve uma combinação adequada entre estudos e trabalho. Muito pelo contrário.

Outro ponto das memórias que nos chamou atenção foi o da escola como um lugar de encontro de amigos, de socialização. A escola por sua própria essência é um lugar de socialização, entretanto,

as memórias trazem à tona esse fator relacionado simultaneamente à precariedade da escola. Tudo isso nos faz refletir sobre a intenção de uma escola concebida apenas como lugar de socialização e esvaziada do conhecimento historicamente acumulado. Com essas características, com certeza, essa escola não está a serviço da população do campo.

Por fim, refletimos também sobre a relação entre os saberes escolares, a vivência no trabalho e a realidade dos povoados onde os participantes da pesquisa residem. Compreendemos a partir das memórias dos trabalhadores e das trabalhadoras que tal relação não foi considerada pelo processo de escolarização, visto que a educação rural no município seguiu o contexto da educação no Brasil que, gerido pela expansão do capitalismo no campo, não considera particularidades locais, mas objetiva a implementação de relações sociais capitalistas, o desenraizamento e a expulsão do povo do campo.

Sabemos que na contramão da educação rural surge a educação do campo como uma proposta educativa que considera os princípios da classe trabalhadora e que defende a formação de outro modelo de sociedade, no qual a centralidade resida nos seres humanos e não no capital. Tendo em vista todo o contexto histórico da educação rural, a educação do campo nasce como uma proposta de superação da educação rural. Caldart em conjunto com outros autores (2012) define a educação do campo como uma prática social que não pode ser compreendida apenas a partir das questões da educação, expondo e confrontando as contradições sociais. Entretanto, é visível que as memórias das trabalhadoras e dos trabalhadores participantes do estudo foram forjadas na perspectiva da educação rural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação. **Referências para uma política nacional de educação do campo**: cadernos de subsídios. Coordenação: Marise Ramos; Telma Moreira; Clarice dos Santos. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2004.

CALAZANS, M. J. C.; CASTRO, L. F. M.; SILVA, H. R. S. Questões e contradições da educação rural no Brasil. In: WERTHEIN, J.; BORDENAVE, J. D. **Educação rural no terceiro mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 161-223.

CALDART, Roseli *et al* (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ENGUITA, Mariano. O trabalho atual como forma histórica. In: ENGUITA, Mariano. **A face oculta da escola**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona: Antropos Editorial, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

RIBEIRO, Marlene. Educação rural: da expropriação dos saberes práticos do camponês à expropriação da terra. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, pp. 323-346, jul./dez. 2014.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação**: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

Recebido em: 19 de Janeiro de 2023

Avaliado em: 21 de Abril de 2023

Aceito em: 3 de Fevereiro de 2024



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

1 Pedagoga, Graduada pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; Especialista em Educação do Campo pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; Mestranda em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas: História, Trabalho e Educação do Museu Pedagógico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

E-mail: silva.s.vanilda@gmail.com

2 Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista – UNESP (2000); Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina – UEL (2003); Doutorado em Memória – UESB (2019); Professor efetivo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB e do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS-UESB.

E-mail: fabio.m.mello@uesb.edu.br

Copyright (c) 2024 Revista Interfaces
Científicas - Humanas e Sociais



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

